

Caráter Sinfônico das Representações Semióticas¹

A Symphonic Character of the Semiotic Representations

Lauro Frederico Barbosa da Silveira

Universidade Estadual Paulista - UNESP – Marília

Centro Universitário “Eurípidés” da Marília

lfbsilv@terra.com.br

Resumo: A função mediadora da representação, representando alguma coisa para a conduta, implica a possibilidade de infinitas teorias igualmente válidas cuja escolha depende de uma afinidade primeira entre o objeto, o signo e a conduta. Nenhum objeto impõe uma teoria, mas ao atrair o espírito, suscita nele a produção original e poética de um *representamen*. Se devidamente trabalhada no desenvolvimento a representação do objeto, haverá tantas teorias sobre ele quantas hipóteses originárias. Por outro lado, nenhum signo se confundirá coextensivamente com o objeto que representa, não lhe cabendo, pois, pretender-se único e exclusivo *representamen* do objeto. A escolha da teoria depende não somente do contexto concreto que a enseja, como da originalidade com que se expressa *il lume naturale* em cada síntese mental. Depende, igualmente, do destino que, potencialmente presente na representação, é procurado como um ideal e se concretiza na vicissitude dos atos concretos. A pluralidade de teorias, em grande sinfonia, é sob os mais diversos aspectos a expressão mesma de uma razão livre e originariamente poética, de natureza irredutivelmente cósmica e social.

Palavras-chave: Semiose. Objeto. Interpretante. Teoria. Verdade.

Abstract: *The mediatory function of representation, while representing something to the conduct, supposes the possibility of infinite equally valid theories whose choice of depends of a primary affection between the object, the sign and the conduct. Any object imposes a theory, but appealing to the mind, it gives rise into it the original and poetic production of a representamen. If adequately worked on the development of representation of the object, there will be so many theories on it as the number of original hypotheses. By the other hand, no sign will be coextensively confounded with the object it represents, so that no representamen can be intended to be the unique and exclusive one of the object it represents. Choosing a theory depends not only of the concrete context that gives place to it, but also of the originality with which il lume naturale express itself in each mental synthesis. It also depends of the destiny potentially present in the representation, and that is searched as an ideal, becoming effective in the vicissitude of concretely acting. The plurality of theories, settled*

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada pelo autor durante o II Congresso Internacional ABES e o VII Congresso Brasileiro de Semiótica, PUC-SP, São Paulo, nov. 2005.

as a great symphony, is under several aspects the very expression of a free and originally poetic reason, whose nature is irreducibly cosmic and social.

Keywords: *Semiosis. Object. Interpretant. Theory. Truth.*

Na introdução à edição das *Cambridge Conferences* (PEIRCE 1992, p. 87), Hilary Putnam, embora ele mesmo preferindo não expor sua posição pessoal, chama atenção para as restrições que teriam alguns pensadores, Dewey entre eles, à antecipação de hipóteses metafísicas para questões de competência científica, os quais veriam com alívio o fato de as interpretações dadas por Peirce para o estatuto do tempo e do espaço não terem prevalecido, com isto não prejudicando o surgimento da teoria da relatividade e toda evolução posterior da física. E caso tivessem prevalecido, interroguei-me após a leitura, teria nosso conhecimento da realidade física sido de algum modo prejudicado?

Minha primeira resposta foi que, certamente, nosso conhecimento do universo seria outro, mas não necessariamente errado ou pior. Creio que não me punha ainda a questão se não era mais interessante que se desenvolvessem ambas as hipóteses, ou, mesmo, diversas outras, como alternativas a serem igualmente admiradas e colocadas à disposição da conduta diante do real, sendo adotadas conforme a afinidade dos investigadores ou à melhor adequação na resolução de problemas.

Encontraria fundamento em textos de Peirce quem discordasse dessa minha suposição. A lógica e a ontologia de Peirce, em textos como *How to Make our Ideas Clear* (PEIRCE 1974, v. 5, § 338-410), propugnam por um realismo das idéias e nelas uma convergência inexorável para a Verdade. As teorias tenderiam para uma unidade última, independentemente das particularidades do contexto empírico de sua produção e das tribulações que lhe são inerentes. Creio, contudo, que seria contraditório com sua teoria que tal tendência à unidade exigisse a exclusividade de uma e única teoria para a representação do real e a determinação da conduta em direção à verdade.

Com efeito, um conselho dado por Peirce a quem se interessasse em iniciar uma investigação filosófica foi que esse alguém não procurasse se colocar numa atitude fingida de tudo duvidar ou de qualquer outra atitude artificial; começasse, isso sim, como já se encontrasse, com suas crenças, e cuidasse das dúvidas, que, a ele se impondo, estivessem-lhe suscitando o interesse por uma indagação radical da realidade (PEIRCE 1974, v. 5, § 412). Em outra ocasião, irá dizer que na busca da verdade, se o questionamento for sincero, ou à medida que o for, não importa de que hipótese se parta, desde que ela possa se submeter ao teste da realidade, pois, ao longo do tempo, esta mesma realidade irá exigindo que a hipótese vá se adequando cada vez mais à sua capacidade representativa.

Se a dúvida sincera é condição suficiente para iniciar-se o questionamento filosófico, não havendo pré-requisito para validar a investigação a não ser deixar-se confrontar com o real, guardar, ao longo da pesquisa tal honestidade, a verdade norteará as representações que irão sendo feitas. A esta confiança, contudo, Peirce acrescenta a crença por ele compartilhada de que as teorias assim formadas se unificarão. Isso se pode ler no seguinte trecho de *How to Make our Ideas Clear*:

Todos os seguidores da ciência são animados por uma estimulante esperança de que os processos de investigação, bastando que sejam suficientemente levados adiante, fornecerão certa solução para cada questão às quais eles os apli-

cam [...] Eles podem, primeiramente, obter diferentes resultados, mas à medida que cada um aperfeiçoe seu método e seus processos, vão descobrir que os resultados convergirão para um centro a que se destinam. Mentes diferentes podem partir das mais antagônicas visões, mas o progresso da investigação as levará para fora delas mesmas em direção a uma e única solução. Essa unidade do pensamento pela qual somos levados não para onde desejamos, mas para uma meta previamente ordenada, assemelha-se à operação do destino. Nenhuma modificação do ponto de vista tomado, nenhuma seleção de outros fatos para estudo, nem mesmo a inclinação da mente, pode permitir a um homem escapar da opinião predestinada. Essa grande esperança se encontra incorporada na concepção de verdade e realidade. A opinião que está fadada a ser ultimamente aceita por todos que investigam é o que entendemos por verdade, e o objeto representado nessa opinião é o real. Assim explicaria eu a realidade. (PEIRCE 1974, v. 5, § 407)

A aproximação assintótica da verdade que, em termos da semiótica peirceana, corresponderia ao desenvolvimento infinito da série dos interpretantes lógicos, tem dado ocasião a que se pergunte qual a garantia de sua exequibilidade. E será também que essa série não implicaria a formação final de uma única teoria?

Toda representação teórica é radicalmente icônica e, em sua origem, encontram-se construções diagramáticas que articulam o pensamento na forma de rede de relações que permitem, no decorrer de seu desenvolvimento, a antecipação no signo, de uma conduta futura diante do objeto, pois nada mais é do que o desenvolvimento de diagramas. Embora os diagramas compartilhem das propriedades gerais e dedutíveis dos símbolos e designem efetivamente classes de fenômenos de tal modo que a mente nele experimentando a construção de relações legítimas – aquelas que partindo das premissas aceitas em sua verdade como condição inicial da construção diagramática, obedecem em seu desenvolver os preceitos construtivos – homologamente, estará experimentando as mesmas relações que seriam estabelecidas no confronto com o próprio objeto, exercendo desse modo uma função indicativa. É, contudo, primordialmente um ícone, pois pertence ao domínio das idéias, sendo por essência uma Forma. E, assim sendo, constitui-se em signo de possibilidade, mesmo que dê ensejo a deduções que a explicitem e que a ampliem e que venha a ver suas conclusões verificadas indutivamente na experiência direta com exemplares da classe de fenômenos representada (PEIRCE 1974, v.4, § 531).

Como forma e signo de possibilidade, o diagrama é, em sua origem, uma hipótese e assim permanecerá, mesmo após dele terem sido deduzidas suas legítimas conclusões, todas elas indutivamente verificadas, caso em que, quanto mais gerais forem as relações nele estabelecidas, mais longo será o caminho para que o fim almejado seja alcançado e uma crença se consolide. No âmbito dos fenômenos, marcado pela temporalidade, pensar é evoluir e alcançar a meta final não significará esgotá-la em um ato. Declara Peirce:

O pensamento é em si mesmo essencialmente da natureza de um signo. Mas um signo somente é um signo, caso se traduza ele mesmo em outro signo no qual mais plenamente se desenvolva. O pensamento requer realização para seu próprio desenvolvimento, e, sem esse desenvolvimento, ele nada será. O pensamento deve viver e crescer em incessantes novas e mais altas traduções, caso contrário o pensamento encontraria em si mesmo uma prova de não ser genuíno. (PEIRCE 1974, v. 5, § 594)

Devido a seu caráter de mera possibilidade, a hipótese mantém com qualquer outra representação simples relações de comparação, e, se com elas não interage, também não as exclui. Múltiplas hipóteses sobre uma mesma classe de fenômenos serão compossíveis, e sua adoção não decorrerá de um alegado caráter compulsivo a que estivesse submissa. Ao recusar-se a atribuir ao conhecimento qualquer caráter transcendental que tornasse certa hipótese mais conforme à Razão do que qualquer outra, mas dela só exigisse rigor formal e cabal verificabilidade das conseqüências corretamente dela dedutíveis, Peirce, *ipso facto*, estava supondo a legitimidade de múltiplas hipóteses e, por conseqüência, de múltiplas teorias que representassem adequada e legitimamente uma mesma classe de fenômenos.

A recusa em conferir à razão, mesmo sob a forma da sensibilidade, um acesso imediato ao real, acesso que vincularia necessariamente o conhecimento à configuração deste acesso, encontra-se no âmago da crítica de Peirce à intuição sensível postulada por Kant. Prefere Peirce supor que nosso vínculo ao real seja da ordem da vontade, esta sim imediata, restando ao conhecimento, como posteriormente irá dizer (PEIRCE 1974, v. 5, § 515-6), a forma hipotética e conjectural, falível, embora indubitável, do juízo perceptivo. A não aceitação da proposta kantiana e a preferência demonstrada por um acesso volitivo ao objeto encontram nítido respaldo em textos como o seguinte:

Um instante de tempo é, em si mesmo, exatamente igual a qualquer outro instante; um ponto no espaço se assemelha a qualquer outro ponto, contudo, datas e posições podem ser aproximadamente distinguidas. E como podem sê-lo? Pela intuição, diz Kant, talvez não com tais palavras; mas é devido a essa propriedade que ele distingue Espaço e Tempo das concepções gerais do entendimento e as introduz sob a égide da intuição. Mas eu preferiria dizer que é por atos volitivos que as datas e as posições se distinguem. O elemento de sentimento é tão proeminente nas sensações, que nós não observamos que algo semelhante à Vontade nelas penetra também [...] O que eu chamo volição é a consciência da descarga das células nervosas, nos músculos etc., ou em outras células nervosas; não envolve o sentido de tempo (isto é, de um contínuo), mas envolve o sentido de ação e reação, resistência, externalidade, alteridade, paridade. É o sentido de que alguma coisa me tocou ou de que eu estou tocando alguma coisa. Ela possui uma variedade voltada para fora e uma voltada para dentro, correspondendo aos sentidos externo e interno de Kant, à vontade e ao autocontrole, à ação do nervo ou à sua inibição... (*apud* HOUSER 1992, p. 232-3)

Esta multiplicidade não seria somente possível, mas extremamente oportuna. Na concepção peirceana, a potencialidade é o único lastro afirmativo do ser. A existência e a lei vêm restringi-la e diversificá-la em suas manifestações. Sendo construção de conceitos e determinação de condutas gerais, a teoria nitidamente faz com que se manifeste a lei e, com ela, restrições no universo do existente, conferindo especial relevo às regularidades, ilhas num oceano de manifestações irregulares e fortuitas. E a própria existência se constitui em potencialidades que interagem e que, assim, por poucos instantes, negam tudo que não são elas, tendendo a se agruparem por semelhança e, com isso, deixarem na sombra um imenso e ilimitado universo de qualidades que, não vindo à existência, nem por isso deixam de ser no âmago do infinito mundo das idéias.

Ainda no nível da potencialidade, preparando a presença das primeiras existências, Peirce supõe uma seleção de qualidades de sentimento. A elas só teríamos acesso

por via dessa fragmentação inicial. Em seus textos cosmológicos e cosmogônicos vai, então, dizer:

A evolução das formas se inicia ou, de qualquer modo, tem como um estágio inicial uma vaga potencialidade. E isso ou é um contínuo definido ou é seguido por tal contínuo, tendo uma multidão de dimensões demasiadamente grande para que se distingam dimensões individuais. Deve ser devido a uma contração da vagueza dessa potencialidade e de tudo em geral, mas de nada em particular, que surgiu o mundo de formas.

Somente podemos supor que aquelas qualidades que agora experimentamos: cores, odores, sons, sentimentos de toda descrição, amores, aflição, surpresa, são tão-somente relíquias de um antigo contínuo de qualidades em ruínas, com algumas colunas permanecendo em pé, umas aqui, outras lá, de algum fórum de um mundo antigo com sua basílica e templos que antes formavam um magnífico conjunto. E tal como esse fórum, antes de ser construído, tivera uma vaga pré-existência na mente de quem projetou sua construção. Também o cosmos de qualidades de sentido, que teria eu de fazer-lhe supor em algum estágio inicial de ser, tão real era ele quanto sua vida pessoal neste minuto, teve, num estágio antecedente de desenvolvimento, um ser mais vago, antes que as relações de suas dimensões se tornassem definidas e contraídas. (PEIRCE 1974, v. 6, § 196-7)

Os conceitos, por sua vez, surgem como respostas a contingências e como recursos para se alcançarem os objetos de desejo. Seu caráter genuinamente geral não suprime o desafio de um objeto que exige da mente um meio de, no futuro, alcançá-lo. A razão põe sua criatividade e sua capacidade generalizadora para satisfazer sua vontade. Esta, por sua vez, é atraída por um objeto que, devido às qualidades que possui, apresenta-se como atraente e realizador para a mente. Na origem de todo conhecimento, volta-se a insistir, encontra-se a contingência de toda conjectura. O objeto está lá amável e amado, e procurar conhecê-lo supõe risco e humildade. Supor-se um conhecimento perfeito, definitivo e inabalável é uma ilusão da qual necessita a razão despertar. Declara Peirce:

Cada conceito, cada proposição geral do grande edifício da ciência vem para nós como uma conjectura. Essas idéias são os *primeiros interpretantes lógicos* dos fenômenos que os sugerem e que, sugerindo-os, são signos, dos quais as idéias são os interpretantes (realmente conjecturais²). Mas, que elas não são mais do que isso, é evidentemente uma reflexão posterior, e uma dúvida, que, tal como uma ducha de água fria, faz acordar o juízo do sonhador. (PEIRCE 1974, v. 5, § 480)

Nossas representações convencem-nos de sua verdade e constituem razão suficiente para que as sigamos em busca do objeto. Daí a reflexão de Peirce, de que só num segundo momento, por via de reflexão, tomamos consciência de seu caráter conjectural, falível, sempre provisório. Não tomássemos num primeiro momento como verdade absoluta o que representamos do objeto como interpretante lógico, e, portanto, como programa de conduta a ser racionalmente seguido, e isso não somente como uma con-

² A observação entre parênteses é da autoria de Peirce, certamente querendo ressaltar essa humilde modalização.

vicção particular, mas como algo geral digno de ser seguido por todos, não empreenderíamos a árdua e custosa tarefa de desenvolvermos a teoria, não arriscaríamos determinar efetivamente nossa conduta segundo seus ditames e, menos ainda, proporíamos a outras pessoas que também a implementassem e a seguissem.

A crença suficiente para efetivar a conduta, em nada atinge o caráter conjectural das hipóteses e, conseqüentemente, a possibilidade de que várias hipóteses, sequer mutuamente compatíveis, sustentem de modo adequado a conduta diante de uma mesma classe de fenômenos. A representação é um meio que visa a adequar, pelo hábito, a conduta a um fim procurado. O estágio final da conduta, por conseguinte, não pertence ao domínio da representação, mas, num processo semioticamente genuíno em que se preenchem as relações do signo e do objeto, é a interação com o objeto que finaliza e confere sentido à representação promovida pelo signo. Peirce irá escrever que:

...a base significativa de um signo não pode ser a idéia de um signo, uma vez que este último signo deve ele próprio ter um significado que se tornaria o significado do signo original. Podemos, portanto, concluir que o significado último de qualquer signo consiste numa idéia predominantemente de sentimento ou numa idéia predominantemente de agir e de sofrer ação. Pois não poderia haver hesitação em se concordar com o ponto de vista de que todas aquelas idéias que se ligam essencialmente a dois objetos surgem da experiência da volição e da experiência da percepção de fenômenos que resistem a esforços diretos da vontade para anulá-los ou modificá-los. (PEIRCE 1974, v. 5, §7)

Vontade e desejo tornam-se, assim, o móvel e o motivo último de nosso trabalho de representar objeto, determinar um plano de conduta para alcançá-lo. O desejo, antecipação sensível de uma experiência é a prova indutiva primeira de que vale a pena pôr em prática o que diagramaticamente programamos. Não há compulsão intelectual para agir e, mesmo a mais rigorosa demonstração não impõe que nos conduzamos por ela. Cabe à representação esclarecer-nos antecipadamente, e na medida do possível, sobre as seqüências de nossas escolhas e de nosso agir; para isso constroem-se diagramas:

É experiência familiar a todo ser humano desejar algo que está totalmente além de seus recursos presentes, e complementar esse desejo com a pergunta: “Meu desejo dessa coisa seria o mesmo se eu dispusesse de amplos meios de realizá-lo?” Para responder a essa pergunta, ele examina seu interior, e, ao fazer isso, realiza aquilo que denomino observação abstrativa. Faz, na imaginação, uma espécie de diagrama mínimo, um esboço sumário, considera quais modificações o hipotético estado de coisas exigiria que fossem efetuadas nesse quadro e, a seguir, examina-o, isto é, *observa* o que imaginou, a fim de saber se o mesmo desejo ardente pode ali ser discernido. Por tal processo, que no fundo se assemelha muito ao raciocínio matemático, podemos chegar a conclusões sobre o que *seria* verdadeiro a respeito dos signos em todos os casos, conquanto fosse científica a inteligência que deles se serviu. (PEIRCE 1974, v. 2, § 227)

Se o móvel imediato da ação é a vontade, o desejo é, na concepção de Peirce, a antecipação mais próxima da compulsão volitiva: “Desejar não é querer; desejar é uma variação especulativa do querer misturada com um sentimento especulativo e antecipatório de prazer [...] Mas a volição sem o desejo não é voluntária; é mera atividade” (PEIRCE 1974, v. 1, § 376).

Para tanto, convém lembrar a distinção feita por Peirce entre objeto dinâmico e objeto imediato do signo, assim como suas relações com o signo que os representa. Os

textos datados a partir de 1906 parecem valorizar sobremaneira a precedência do objeto na semiose, diante da própria escolha do signo que o represente. Com certeza, não há uma ruptura entre a concepção de signo defendida por Peirce em datas anteriores e aquela expressa nos textos mais recentes; há indícios, porém, de que as relações mantidas entre os correlatos dos signos recebem pesos diferentes, pesos esses que ficarão manifestos quando Peirce encaminha a Lady Welby sua ampla classificação dos signos ou quando apresenta a William James as garantias que os interpretantes fornecem à conduta. As relações entre representação e experiência, representação, vontade e desejo, pode-se concluir, explicitam-se de modo até então não alcançado. O objeto apresenta-se, quiçá em sua dupla expressão – como objeto independente do signo e como objeto designado no interior do signo – cada vez melhor como determinante imediato do signo e, mediante este último, do interpretante.

Uma definição de signo anterior a 1906, insistirá no primeiro correlato e sua capacidade representativa. Um texto de aproximadamente 1897, poderá servir como exemplo:

Um signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei *fundamento* do *representamen*. (PEIRCE 1974, v. 2, § 228)

Em *An Apology for Pragmatism*, datado de 1906, e em textos posteriores, a relação determinante do objeto a o signo e, mediante este, ao interpretante, tornar-se-á a forma predominante de conceituação. Nele, pode-se ler:

A análise da essência de um signo (estendendo essa palavra até seus mais amplos limites, como *alguma coisa que, sendo determinada por um objeto, determina uma interpretação à determinação, através dela, pelo mesmo objeto*), conduz a uma prova de que todo signo é determinado por seu objeto, primeiramente, por compartilhar dos caracteres do objeto, quando eu denomino o signo *Ícone*; em segundo lugar, por ser realmente, e em sua existência individual, conexo com o objeto individual, quando denomino o signo um *Índice*; em terceiro lugar, pela maior ou menor certeza de que ele será interpretado como denotando o objeto, em consequência de um hábito (termo que eu uso incluindo uma disposição natural), quando eu denomino o signo um *Símbolo*. (PEIRCE 1974, v. 4, § 531)

À Lady Welby, Peirce irá esclarecer a função exercida pelo Objeto Dinâmico (ou Dinamóide) na semiose, acentuando, talvez como nunca antes, seu caráter determinante mesmo com relação ao Objeto Imediato, embora este esteja representado no signo. Daí irá decorrer uma nova classificação dos signos, cujas consequências valem a pena, ao menos, indicar. A nova organização das classes de signos também irão apresentar-se, consideradas as tricotomias que irão compô-las.

As relações entre o Objeto Dinamóide e o Imediato serão estabelecidas do seguinte modo, explicitando-se, mais tarde, que sendo o Objeto Dinamóide determinante do Objeto Imediato, caso seja ele uma possibilidade, também assim o será o Imediato, e que este último só será geral caso seu determinante também o seja: “O Objeto Mediato é o Objeto fora do Signo; eu o denomino o Objeto Dinamóide. O Signo deve indicá-lo

por uma alusão; e essa alusão, ou sua substância, é o Objeto Imediato” (*apud* HARDWICK 1977, p. 83).

Aceita a concepção de signo como mediador entre o objeto e o interpretante, e distribuindo-se este último em interpretante imediato (ou destinado), dinâmico (ou efetivo) e final (ou explícito), o signo será determinado em seqüência ao objeto imediato, determinando, também seqüencialmente, os três interpretantes (cf. HARDWICK 1977, p. 84-5).

Os signos, por conseguinte, classificar-se-ão segundo a seguinte ordem de relações: o objeto dinâmico em si mesmo; o objeto imediato em si mesmo; o signo em si mesmo; o interpretante destinado em si mesmo; o interpretante efetivo em si mesmo; o interpretante explícito em si mesmo; o signo para com o objeto dinâmico; o signo para com o interpretante efetivo; o signo para com o interpretante explícito e a garantia que o signo oferece a seu interpretante explícito.³

O que move a vontade e justifica o esforço de elaborar teorias e programas raciocinados de conduta é o objeto enquanto independe do signo. Se é um outro diante de quem o procura, o objeto não irá se confundir com o signo cuja função é representá-lo. E essa alteridade pode, nas considerações de Peirce, assumir o caso limite quando o próprio signo, tomado como objeto, distingue-se dele mesmo, para poder ser por ele representado. Mantém-se semelhante a si mesmo, pela identidade de seus caracteres (PEIRCE 1974, v. 1, § 365).

Em duas ocasiões, ao menos, Peirce tem a oportunidade de declarar a eficiência da experiência para a modificação da conduta e para pôr em marcha o processo do pensamento. Múltiplas outras vezes, e de diversas formas, tal interferência da experiência é pressuposta no decorrer da obra de Peirce.

Em uma carta a Lady Welby, ao expor o que caracteriza o elemento Secundidade em nossa conduta, Peirce vem a afirmar: “A experiência é, de uma maneira geral, aquilo que no curso da vida me compeliu a pensar” (*apud* HARDWICK 1977, p. 26). E de maneira mais peremptória, em *What Pragmatism is*, Peirce tomará como um pressu-

³ Esta classificação, proposta por Irvin C. Lieb e constante do Apêndice B de *Semiotic and Significs* (Hardwick (1977) p.160-166) supõe-se aceita por? Charles S. Hardwick, editor da publicação. Em nota, a justificativa assumida por Lieb para contrapor-se a uma classificação simplesmente ampliada daquela proposta por Peirce em 190 a qual se apresentava composta pelas tricotomias do signo para consigo mesmo, do signo para com seu objeto (dinâmico) e do signo para com seu interpretante (final) fundamenta-se em razões bastante ponderáveis e que, se levadas em conta, sugerem a significativa mudança conceitual de Peirce relativamente às relações entre signo e seu objeto. Tais razões, assim se apresentam: 1) o estabelecimento explícito por Peirce da ordem das primeiras seis divisões tricotômicas; 2) a definição de Peirce de um “signo” como “alguma coisa que é de tal modo determinada por alguma outra coisa, chamada seu Objeto, e de tal modo determina um efeito sobre uma pessoa, cujo efeito chamo seu Interpretante, que este último é através dele mediatamente determinado pelo primeiro”; 3) o compromisso de Peirce com um realismo o qual requer que *a cognição se conforme às coisas, e não as coisas à cognição*, e 4) o ponto de vista pelo qual embora um signo seja o primeiro, e consequentemente o mais complicado item do relacionamento triádico da representação, sua posição como primeiro não especifica a *espécie* de signo que ele possa ser.

posto para justificar a máxima pragmatista da definição de um conceito pela enumeração das concebíveis conseqüências de sua adoção, que, obviamente, nada que não possa resultar de um experimento terá efeito prático algum sobre a conduta (cf. PEIRCE 1974, v. 5, §412).

As qualidades de sentimento, em si mesmas potencialidades afirmativas, caracterizadas pela categoria da Primeiridade e, em sua simplicidade, não decorrem de nenhuma abstração, mas delas só se atinge a idéia, abstração feita das condições existenciais em que são percebidas, condições que envolvem interações e juízos. Escreve Peirce a Lady Welby, em 1904:

O escarlate das *librés* reais, a qualidade em si mesma, independentemente de ser percebida ou rememorada, é um exemplo [da idéia de primeiridade], pelo que não pretendo que a Senhora deva imaginar que não a perceba ou a relembre, mas de que deva excluir de qualquer consideração àquilo que possa estar ligado a perceber ou lembrar, mas que não pertença à qualidade. (*apud* HARDWICK 1977, p. 24)

Esse mesmo procedimento abstrativo, Peirce já o propunha em 1898, ao afirmar a imediatez do sentimento, tomando o exemplo do mero sentimento de uma cor magenta:

Imaginem uma cor magenta. Agora imaginem que todo resto de sua consciência – memória, pensamento, tudo exceto esse sentimento de magenta – foi completamente varrido, e, com isso, apagou-se toda possibilidade de comparar a magenta com qualquer outra coisa ou de estimá-la mais ou menos brilhante. Isso é o que se deve pensar ser a pura qualidade-sentimento. Uma potencialidade definida pode emergir de uma potencialidade indefinida tão-somente por sua Primeiridade vital e espontaneidade. Aqui está esta cor magenta. O que originalmente tornou possível tal qualidade de sentimento? Evidentemente, tão-somente ela mesma. Ela é um Primeiro. (PEIRCE 1974, v. 6, § 198)

Para deixar moldar-se pela qualidade de sentimento e permitir uma aproximação crescente da espontaneidade do sentimento, nela se encontrando uma mais plena experiência estética, uma disposição deve ser alcançada que libere a mente das representações abstratas e das reações aos impactos do que exterior, ou quase exteriormente, a ela se opõe. Mergulhada no universo da experiência, a mente será solicitada a progressivamente ampliar-se para alcançar o todo e dele, na melhor das hipóteses, indefinidamente aproximar-se. Alcançá-lo, seria ser tomada por sua imediatez; contudo, o ser fenomênico é irredutivelmente dependente das mediações dos signos e determinado pela alteridade de algum objeto que a ele resiste. Deixar-se moldar pelo imediato será mover-se rumo a um supremo ideal, encontrando do signo poético a forma adequada para expressá-lo. A estética, primeira das ciências cujo objeto é ou pode apresentar-se como um fim, procurará caracterizar tal objeto. Com extremo cuidado, Peirce assim o formulará:

Saia sob a abóbada celeste e veja o que está presente tal como aparece ao olho do artista. A disposição poética aborda o estado no qual o presente aparece como ele está presente. Seria a poesia tão abstrata e sem cor? O presente é exatamente o que ele é sem considerar o ausente, sem considerar o passado e o futuro. Ele é tal como é, expressamente ignorando qualquer outra coisa. (PEIRCE 1974, v. 5, § 44)

Ao objeto estético como totalidade, já que as qualidades não se constituem em partes nem são nelas mesmas enumeráveis, Peirce irá propor a seguinte consideração:

À luz da doutrina das categorias, diria que um objeto, para ser esteticamente bom, deve possuir uma multidão de partes de tal modo relacionadas umas com as outras a fim de promover uma simples qualidade imediata positiva para sua totalidade; e tudo aquilo que assim o fizer será, por isso mesmo, esteticamente bom, não importando qual possa ser a qualidade particular do total. (PEIRCE 1998, p. 201)

Finalmente, a suprema elaboração do pensar para alcançar a perfeita simplicidade do objeto estético, e como tal objeto se constitui para a conduta, Peirce, no seguinte trecho, permite que se esclareça:

Se a conduta for plenamente deliberada, o ideal deve ser um hábito de sentimento que cresceu sob a influência de uma série de autocríticas e de heterocríticas, e a teoria da formação deliberada de tais hábitos de sentimentos é o que se pode denominar estética. (PEIRCE 1998, p. 377-8)

O imediato restringe-se ou à simples espontaneidade das qualidades consideradas enquanto tais ou à força do fato bruto. A percepção de seu limiar já supõe, no mínimo, mesmo que potencialmente, mediação e inaugura o ambiente semiótico.

Atender propositalmente ao anseio de fruir esteticamente do todo ou de efetivar na prática uma ação sobre o mundo, supõe que se elaborem signos adequados, sejam eles meras qualidades, sejam existentes que, enquanto tais, interajam com seus objetos e, assim determinem seu significado.

Ao objeto que move a vontade e que dá ensejo à construção do signo, Peirce denomina Objeto Dinâmico do signo. Determinado por tal objeto, o signo em si mesmo o representa na forma de um correlato de alteridade, diante do signo como *representamen*, e, mediante este, do interpretante igualmente contido no signo, seu interpretante imediato.

Embora na classificação ampliada dos signos, quando são deduzidas suas 66 classes logicamente legítimas, o objeto imediato possa assumir configurações que antecedam as relações determinantes dos *representamina* diante deles – sendo o caso, por exemplo, qualissignos designativos, qualissignos copulantes, sinsignos copulantes etc., em que o objeto é representável como existente ou como geral, sem efetivamente o ser da parte do *representamen*, já que este, como qualissigno, é tão-somente uma qualidade que é um signo, ou, como sinsigno, um existente que, enquanto tal, é um signo, manifestando, por conseguinte, um excesso de determinação por parte do Objeto Dinâmico com relação ao próprio signo que deverá designá-lo. Por conseguinte, o Objeto Dinâmico, determinante último de toda semiose, é quem a motiva, podendo configurar, por mais forte razão, diferentes signos para representá-lo. Por quais qualidades o objeto será representado dependerá da escolha do *representamen* que melhor se oferecer para fazê-lo. Mesmo assim, admitida a distinção entre Objeto Dinâmico e Objeto Imediato do signo, é possível que um único objeto dinâmico se apresente numa diversidade de Objetos Imediatos que a ele faça alusão sem sequer formar-se com o mesmo grau de generalidade por ele apresentada. Torna-se, também, possível que um único *representamen* não esgote em seu poder representativo todos os aspectos de seu Objeto Imediato, mas permita que um feixe de *representamina* venha a significar aquele mesmo objeto.

Como as teorias são representações da realidade constitutiva do Objeto Dinâmico para qualquer representação que lhe venha a ser feita, não há porque que delas exigir

alguma forma de exclusividade. Por conseguinte, à luz da semiótica proposta por Peirce, sobretudo na fase mais madura de sua elaboração, nenhuma teoria poderia propor-se única e exclusiva para representar uma mesma classe de fenômenos.

Por outro lado, o signo interpretante, determinado a representar o objeto, mediante a representação levada a cabo pelo *representamen* sofrerá as restrições decorrentes das relações do *representamen* para com o objeto, e embora possa dar ensejo a diferentes condutas, elas legitimamente não ultrapassarão os limites permitidos pelo interpretante. De diferentes signos decorrerão diferentes séries interpretantes legitimamente estabelecidas e diferentes hábitos de conduta. Nessa diversificação, embora as séries interpretantes e a conduta por elas determinadas mutuamente possam se opor, se levar em conta o princípio do respeito à classe de fenômenos representada, revendo sua representação à medida que os fenômenos a elas se opuserem, serão igualmente legítimas.

A décima tricotomia que deve ser levada em conta ao se classificarem os signos, a saber, a garantia de que o signo oferece a seu interpretante final ou interpretante explícito, garantia, respectivamente, do instinto, da experiência e da forma, vem justamente ao encontro dessa insuficiência da representação para determinar a conduta. Em muito propicia à conduta proceder eticamente segundo a razão, mas não há representação lógica que impeça uma decisão ética ou que a ela se imponha.

Em uma carta a William James, datada de 25 de dezembro de 1909 (PEIRCE 1998, v. 2, p. 500-2), Peirce encontra ocasião para expor o que compreendia por essa segurança conferida pelo signo à conduta do intérprete.

O instinto recobre a maior parte das representações que se faz dos objetos, conferindo segurança à conduta que por elas se guia.

A experiência vem em seguida e a estrita razão determinada pelo próprio signo restringe-se a garantir somente no interior da classe dos argumentos, as Deduções.

Mesmo na classe dos argumentos, cujo interpretante é determinado pelo próprio signo, a falibilidade encontra-se presente. Em seu primeiro tipo – o levantamento originário de hipóteses, berço de toda teoria – será o instinto racional que garantirá sua adoção e oferecerá uma base e um incentivo para que a razão prossiga segundo sua diretriz. Jamais poderá, nesse nível, a Razão reclamar exclusividade para qualquer de suas enunciações. Seu fundamento é uma crença na afinidade com o cosmos – *illumine naturale*, tal como Peirce, embora crítico de certa ingenuidade do autor, admira no trabalho de Galileu (PEIRCE 1974, v. 1, § 80-1, 630; v. 5, § 589; v. 6, § 10, 477, 567) –, na ausência da qual qualquer tentativa de conhecer-se o mais ínfimo do real seria fadada ao fracasso, quando somente caberia à Razão viver isolada no aqui e agora dos fatos que a atingissem. O texto peirceano assim se expressará:

A primeira espécie de garantia consiste em quem raciocina estar disposto a crer em sua proposição. Esta garantirá a crença, uma vez que o simples empreendimento de procurar uma verdade que alguém diretamente não percebe, assume que as coisas se conformam numa certa medida àquilo que nossa razão pensa que seriam. Em outras palavras, nossa Razão é afim com a Razão que governa o Universo; devemos assumir isso ou desistirmos de descobrir alguma coisa. O desespero, contudo, é sempre ilógico, encontramos garantia para pensarmos desse modo, uma vez que de outro jeito todo raciocínio será vão. Se assim for, um forte impulso interior para Crer numa dada proposição tende a mostrar ser essa proposição verdadeira; e, se não for assim, nunca descobriremos o que não percebemos diretamente, façamos o que pudermos. (id., p. 501-2)

Recusando-se Peirce a aceitar o caráter compulsivo da intuição pura como propõe Kant, e atribuindo a todo conhecimento, aí incluído o conhecimento teórico e estritamente científico, natureza essencialmente hipotética, conclui-se abusiva toda pretensão de uma teoria a constituir-se na única e exclusiva representação da classe de fenômenos que pretenda elucidar.

A garantia formal oferecida pela Dedução transfere às conclusões diagramáticas decorrentes da adoção da hipótese, a verdade e a força atribuídas às premissas assumidas na hipótese. As observações das relações levadas a cabo no diagrama, dada a semelhança ou isomorfia que mantêm com aquelas que se pretendem se efetivar com o objeto e devido à reprodutibilidade das observações que nele, como construção formal podem ser feitas, constituem-se na primeira, embora parcial, prova indutiva da adequação da representação do fenômeno estudado. Isso se conclui de *An Apology for Pragmaticism*, quando afirma:

Não somente é verdade que, pela experimentação sobre algum diagrama, uma prova experimental pode ser obtida de cada conclusão necessária tirada de uma dada Cópula de Premissas, mas a isso se acresça que Nenhuma conclusão “necessária” é em nada mais apodítica do que se torna o raciocínio indutivo desde o momento em que a experimentação possa ser multiplicada *ad libitum* a um custo não maior do que uma intimação perante a imaginação. (PEIRCE 1974, v. 4, § 531)

Pelo processo indutivo, submete-se, ao longo do tempo, a hipótese à experiência. A prova indutiva funda-se duplamente: o diagrama, ao longo de sua feitura, será confrontado com o objeto imediato nele representado, e a conduta determinada pelos passos exigidos no diagrama confrontar-se-á, colateralmente, com o objeto dinâmico. Haverá, por certo, casos limites em que, coincidindo o objeto imediato do signo com seu objeto dinâmico (caso, por exemplo, em que objeto é de natureza estritamente eidética), a prova indutiva não será prejudicada, mas fará coincidir na observação de construção diagramática sua adequação ao objeto. Parece ser esse o caso da indução matemática, a qual não cabe aqui discutir.

A conduta confronta-se com o real, e a inadequação que por ventura houver entre a representação e o objeto procurado irá se manifestar, levando a razão a, abduktivamente, produzir novas e provavelmente mais adequadas hipóteses. A tendência à Verdade, desde o início defendida por Peirce, não estará, pois, prejudicada, mas seu alcance tão mais se projetará no futuro quanto mais geral for o objeto procurado.

Diversas teorias, enquanto mutuamente comparáveis, podem contribuir para seu recíproco aprimoramento. No que não forem comparáveis, serão compatíveis, e oferecerão um leque maior de opções na determinação das condutas em vista, freqüentemente, dos mesmos objetos.

Essa pluralidade de representações jamais irá recobrir a singular complexidade do real em qualquer dimensão que se considere. Jamais caberá pretender-se dar conta da totalidade do real, se é que essa noção guarda algum sentido. Caso alguma teoria ocupe o proscênio, não haverá, *ipso facto*, razões para que outras não se desenvolvam ou percam sua validade. Caso atendam, e à medida que atendam à exigência de consistência em suas conclusões e que resistam ao teste da experiência, sua validade encontrará fundamento. A hegemonia alcançada deverá ser explicada por motivos de preferência da comunidade científica, das instituições de fomento, da tecnologia disponível, dos

investimentos na produção, dos meios de divulgação e de formação da opinião pública, por contingências históricas e culturais de natureza eminentemente ideológica.

Na busca da verdade, como ética da razão num cosmos evolucionário, como mais de uma vez encontrará Peirce ocasião para propor, a concorrência das teorias não se manifestará como uma disputa pela vitória de uma sobre as outras, mas como contribuições para fazer ressaltar aspectos do real, que cada uma por si não é capaz de fazê-lo (cf. PEIRCE 1974, v. 1, § 615; v. 5, § 419). Nessa pluralidade explicativa, sempre em crescimento, as múltiplas teorias estarão destinadas a recuperar teleológica e aproximativamente, em polifonia, para lembrarmos de Bakhtin (BAKHTIN 1981), aquela unidade originária que, pelo próprio desenvolvimento, foi-se fragmentando, restringindo, diversificando e hierarquizando. As diversas vozes ouvidas simultaneamente, ou ao longo do tempo, em cadências e escalas diversas, cuja freqüente quebra de harmonia suscita à mente acordar da ilusão de ter alcançado uma verdade única e, com isso, ter dominado o real e eliminado posições divergentes, faz-lhe vislumbrar o belo cósmico em sua inesgotável perfeição e admirabilidade. Se a meta da ciência é desvelar a verdade, as diversas e polifônicas teorias talvez convirjam de tal modo que se aproximassem, em sinfonia, como metáfora, em seus limites, da eterna música das esferas de que nos lembra Ivo A. Ibri em *Kósmos Noëtós* (IBRI 1992, p. 24-5, 41-53).

Com efeito, neste momento, vislumbra-se, sem confundir-se o *kalos* com qualquer forma particular de belo, a razão que em si engloba as qualidades de sentimento e a eficiência da ação, uma sinfonia em constante fazer-se, plural em suas realizações, mas única em sua origem e fim.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail (1981). *Problemas da poética de Dostoievski*. Trad.: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HARDWICK, Charles S. (Ed.) (1977). *Semiotic and Significs*. The correspondence between Charles S. Peirce and Victoria Lady Welby. Bloomington/London: Indiana University Press.

HOUSER, Nathan; KLOESEL, Christian (Eds.) (1992). *The Essential Peirce*, v. 1 (1867-1893). Bloomington/Indianápolis: Indiana University Press.

IBRI, Ivo A. (1992). *Kósmos Noëtós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo: Hólon-Perspectiva.

PEIRCE, Charles S. (1974). *Collected Papers of Charles S. Peirce*, v. I–VI. Ed.: Charles Hartshorne; Paul Weiss. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University.

_____ (1992). *Reasoning and the Logic of Things*. The Cambridge Conferences Lectures of 1898. Ed.: Kenneth Laine Ketner. Cambridge, MA: Harvard University Press.

_____ (1998). *The Essential Peirce*, v. 2 (1893-1913). Ed.: Peirce Edition Project. Bloomington/Indianápolis: Indiana University Press.